

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.523.705 - PR (2015/0070307-5)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
RECORRIDO : MARIA ROSA DA SILVA
ADVOGADO : MARIA DE FÁTIMA DOMENEGHETTI E OUTRO(S) - SC012034

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 261):

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA E DE SUPORTE - GDPGTAS. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - GDPGPE. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS.

Nas ações ajuizadas contra a União Federal, desde que se cuide de prestações de trato sucessivo, prescrevem apenas as parcelas anteriores ao quinquênio legal, sem prejuízo do direito (Súmula 85 do STJ).

Da mesma forma como caracterizada a GDATA em alguns interregnos, a GDAMB e a GTEMA têm caráter de generalidade enquanto não regulamentados e processados os resultados da avaliação individual e institucional, motivo por que é extensível aos servidores inativos no mesmo percentual devido aos servidores ativos.

Hipótese em que a parte autora tem direito à paridade e integralidade da pensão, pois o benefício originou-se de aposentadoria anterior à vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Apelação e remessa oficial improvidas.

Os embargos de declaração foram acolhidos parcialmente, apenas para fins de prequestionamento (e-STJ, fls. 300/311).

O recorrente alega, nas razões do especial, a existência de contrariedade aos arts. 535, II, do CPC/1973; 1º, 2º e 5º da Lei n. 10.404/2002; 1º da Lei n. 10.140/2002; 1º, 2º e 8º da Lei n. 11.156/2005; 17 da Lei n. 11.357/2006; 21 da Lei Complementar n. 101/2000; 1º e 2º da Portaria n. 392/2005, republicada em 12 de abril de 2006.

Sustenta que o Tribunal de origem incorreu em omissão ao deixar de se pronunciar sobre questão essencial à solução da controvérsia.

Assevera, de outra parte, que não existe violação do princípio da

paridade, pois a Gratificação de Desempenho de Atividades Técnico Executivo e de Suporte do Meio Ambiente - GTEMA jamais foi paga aos servidores ativo do Ibama.

Argumenta que as "gratificações pagas em razão do efetivo exercício do cargo e variável conforme critérios de avaliação da instituição e do servidor. Nesse contexto, fica claro que os inativos podem ser beneficiários das referidas gratificações, mas que os cálculos devem ser feitos de maneira diferenciada, já que não é possível aferir o seu trabalho, por não se encontrarem mais em atividade" (e-STJ, fl. 352).

Aponta que, "como não houve regulamentação da GDATA e da GDAMB por parte do Poder Público, não foram fixados os critérios para a análise do desempenho dos servidores em atividade. Desta forma, tais gratificações foram aplicadas em âmbito genérico, de forma que ativos e inativos permaneceram recebendo os mesmos valores, enquanto essas gratificações se encontraram vigentes" (e-STJ, fl. 352).

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 372).

Parecer do Ministério Público Federal, às e-STJ, fls. 396/409, pelo não conhecimento do recurso especial.

É o relatório.

De início, verifico, que não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, tendo em vista que a Corte de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução.

Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 13/8/2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 28/6/2007.

No mais, a Corte de origem reconheceu o direito do servidor aposentado à percepção da gratificação invocando a ocorrência de violação do princípio da isonomia, como se pode observar no seguinte trecho (e-STJ, fl. 254):

Percebe-se que a referida gratificação perdeu, em dois momentos, o caráter *pro labore faciendo* e passou a ser uma gratificação genérica, pagas aos servidores em razão do efetivo exercício do cargo. Ao estender a parcela aos servidores inativos em percentual inferior ao genericamente fixado para os servidores ativos, a norma violou o princípio da isonomia, uma vez que o artigo 40, § 4º, da CF (e posteriormente com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 20/98, combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional n. 41/03) previa a paridade entre vencimentos e proventos.

Verifica-se que a matéria foi analisada pelo Tribunal de origem com enfoque, exclusivamente, constitucional, qual seja, a existência de violação do princípio da isonomia e, nessa seara, não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, o exame de tal matéria, sob pena de usurpar a competência

do Supremo Tribunal Federal, consoante determina o art. 102, III, da Constituição.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. GDASS. EXTENSÃO PARITÁRIA A INATIVOS. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL PRINCÍPIO DA ISONOMIA. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

1. O Colegiado de origem declarou que "a eventual proporcionalidade dos proventos de aposentadoria da parte exequente não reflete no pagamento das gratificações em discussão, uma vez que a Constituição Federal e a lei instituidora da vantagem não autorizam distinção alguma entre os servidores aposentados com proventos integrais e proporcionais" (fls. 24-25, e-STJ).

2. Vê-se, portanto, que a decisão atacada tem cerne meritório em matéria de cunho eminentemente constitucional, com base no princípio da isonomia, sobretudo quando o próprio recorrente lança mão de jurisprudência do STF e de interpretação do art. 40, §1º, da Carta Magna para lastrear suas razões.

3. Logo, compete ao STF eventual reforma do acórdão recorrido, sob pena de usurpação de competência inserta no art. 102 da Constituição Federal.

4. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1.793.022/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/2/2019, DJe 11/3/2019)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO DO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DO SEGURO SOCIAL. GDASS. EXTENSÃO PARITÁRIA A INATIVOS E PENSIONISTAS. PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. DECISÃO FUNDAMENTADA EM PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. Caso em que a recorrente argumenta que, não obstante a implementação das avaliações para a efetiva aferição de desempenho individual dos servidores ativo, não é possível "a redução da parcela da gratificação, sob pena de ofensa direta ao princípio da irredutibilidade do valor nominal dos proventos, preconizado pelo art. 40, §3º, da Lei n. 8.112/1990".

2. O acórdão, embora tenha mencionado legislação infraconstitucional, decidiu a controvérsia com fundamento eminentemente constitucional, concluindo que não houve "ferimento ao princípio constitucional da isonomia, contido no artigo 5º, caput, bem assim ao primado que garante a isonomia entre servidores ativos, inativos e pensionistas (artigo 40, § 8º, ambos da CF/88)". Dessa forma, cabe tão somente ao STF o reexame da matéria.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.447.193/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/6/2018, DJe 26/6/2018)

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÕES DE DESEMPENHO. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS. ACÓRDÃO RECORRIDO COM FUNDAMENTAÇÃO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF.

1. Os recursos interpostos com fulcro no CPC/1973 sujeitam-se aos requisitos de admissibilidade nele previstos, conforme diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2 do Plenário do STJ.

2. Apesar de citar a legislação infraconstitucional, o Tribunal de origem dirimiu a controvérsia utilizando-se de fundamentos eminentemente constitucionais, haja vista que entendeu cabível a extensão da GDPGPE aos inativos e pensionistas, na mesma pontuação dos ativos não-avaliados, por força do princípio da isonomia. Assim, tem-se que o recurso especial não se presta à análise de matéria constitucional, cuja competência está reservada ao Supremo Tribunal Federal.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 482.621/PE, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 8/8/2017, DJe 22/8/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Ministro